

O apoio financeiro do BNDES em perspectiva histórica e o financiamento às exportações brasileiras e catarinenses para o período de 1995-2020

André da Silva Redivo*

Resumo

O presente artigo tem dois objetivos. O primeiro dedica-se em apresentar uma revisão do apoio financeiro do BNDES, em perspectiva histórica, entre 1952 e 2020, buscando identificar as principais características e diferentes fases de atuação do banco. Este panorama geral permite observar que a instituição tem uma atuação específica, demarcada pelo processo de desenvolvimento que o país passou, entre 1952 e 1980. A partir de 1990 a instituição tem uma atuação cíclica, orientada perspectivas de política econômica, demarcados em três períodos: 1990 a 2002, 2003 e 2014, e 2015 a 2020. O segundo objetivo volta-se em apresentar o apoio financeiro do BNDES para exportações brasileiras e catarinenses. Os resultados mostram que o maior volume de desembolsos às exportações se concentra no período 1999-2010 e que o comportamento do apoio para o Brasil e Santa Catarina segue um padrão semelhante. Para ambos os objetivos foram utilizados como fonte de pesquisa os relatórios do BNDES para o período e os dados disponibilizados pela instituição.

Palavras-chave: BNDES; Exportações; Santa Catarina.

BNDES Financial Support in a historical perspective and financing for Brazilian and Santa Catarina exports for the period 1995-2020

Abstract

This paper has two objectives. First, will be to present a review of the BNDES financial support, in a historical perspective, between 1952 and 2020, seeking to identify the main characteristics and different phases of the bank's operations. This general panorama allows us to observe that the institution has a specific role, demarcated by the development process that the country went through, between 1952 and 1980. From 1990 onwards the institution has had a cyclical role, from the perspectives of economic policy, divided into three periods: 1990 to 2002, 2003 and 2014, and 2015 to 2020. The second objective seeks to present the BNDES' financial support for Brazilian and Santa Catarina exports. The results show that the largest volume of disbursements for exports is concentrated in the period 1999-2010 and that the behavior of support for Brazil and Santa Catarina follows a similar pattern. For both purposes, the BNDES reports for the period and the data provided by the institution were used as a source of research.

Keywords: BNDES; Exports; Santa Catarina

Classificação JEL: N2; N26; O10

* Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professor do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). E-mail: andre.redivo@gmail.com.

1. Introdução

O BNDES é uma instituição de financiamento criada num contexto de desenvolvimento econômico específico, marcado pelo processo de industrialização. Fazia-se necessário à época, uma instituição que fosse capaz de mobilizar os recursos necessários. Apesar de ter sido fundado em 1952, como primeiro banco de desenvolvimento, no contexto do Processo de Substituição de Importações (PSI), observa-se que outras estruturas de crédito especializado já existiam, como era o caso da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), do Banco do Brasil. Mesmo assim, o BNDES assume um papel importante ao longo de quase 70 anos de existência.

Neste período o BNDES tem participação ativa na atuação do Estado, mesmo durante os períodos de políticas econômicas liberais. No período que vai da sua fundação até 1980, o banco é uma figura ativa no processo de financiamento da industrialização pelo qual passou o Brasil, destinando recursos aos setores chave ao processo, como é o caso da infraestrutura e indústria. Apesar da crise econômica da década de 1980, o banco continua a exercer um papel importante no financiamento da atividade econômica, mantendo em níveis semelhantes a proporção dos seus desembolsos quando comparados com a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e o Produto Interno Bruto (PIB).

Por sua vez, o período seguinte é marcado por uma fase cíclica da atuação do banco. Ao longo do período 1990-2020, o BNDES atua tanto como gestor do processo de privatizações, quanto das políticas industriais adotadas entre 2003 e 2014. Entretanto, em anos recentes, sobretudo a partir de 2015, o banco apresenta uma queda expressiva na sua atuação de financiamento sobre a economia brasileira. Apesar destas oscilações, não se pode afirmar que ele deixa de ser uma instituição central da economia brasileira, pois exerce um papel chave na execução das diferentes políticas governamentais.

Este artigo trabalha com dois objetivos. O primeiro objetivo dedica-se em apresentar a atuação histórica do BNDES, desde 1952 até 2020. Para isso, serão analisados um conjunto de variáveis disponíveis sobre o banco, quais sejam: a sua proporção sobre a FBCF e o PIB, a sua estrutura de recursos, a composição setorial dos desembolsos, a distribuição entre os setores público e privado (1952-1989), além da distribuição de crédito por porte de empresa (1990-2020). O segundo objetivo, por sua vez, busca descrever a atuação financeira do BNDES no apoio às exportações brasileiras e catarinenses, entre 1995 e 2020.

A característica deste artigo é essencialmente descritiva, buscando construir um quadro geral da atuação do BNDES ao longo da história e no apoio às exportações. Para conseguir

alcançar os objetivos apresentados, foram usados como fontes, principalmente, os relatórios de atividades do próprio banco, para o período que vai de 1952 a 2020. Entre 1952 e 1969, os relatórios são denominados de “Exposição sobre o Programa de Reparcelamento Econômico”; e a partir disso passam a ser chamados de “Relatórios de atividades”. Todos são de acesso público, divulgado pela própria instituição. Os dados para o período 1995-2020, também são disponibilizados pelo banco, em formato de planilha eletrônica, em sua página da internet. Para os dados apresentados em unidades monetárias, foi utilizado o IGP-DI de 12/2020 para atualização dos valores.

Além desta seção de introdução, este estudo conta com mais quatro seções. Na segunda seção, descreve-se a atuação do BNDES no período que vai de 1952 a 1989, com base em um conjunto de características que permitem observar a sua atuação histórica. Na terceira seção, narra-se a atuação entre 1990 e 2020, apresentando as mesmas variáveis da seção anterior, mas enfatizando que a lógica de atuação do banco possui ciclos razoavelmente bem definidos. Na quarta seção, em atendimento do segundo objetivo deste estudo, aponta-se o surgimento do crédito destinado ao apoio às exportações e uma caracterização dos desembolsos para o Brasil e Santa Catarina. Por fim, na última seção, traçam-se as considerações finais.

2. Bancos de desenvolvimento e a atuação do BNDES no período 1952-1989

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social² foi fundado em 1952, num contexto de industrialização do Brasil, marcado pelo Processo de Substituição de Importações (PSI). De acordo com BNDES (2002, p.2), o Banco

... nasceu da convicção de que o país não podia depender somente de recursos externos para avançar seu projeto de renovação da infraestrutura rodoviária, energética, de portos, e assim melhor competir no mercado internacional.

Martins (1985) aponta que a necessidade de criação de uma estrutura de financiamento que desse suporte ao processo de industrialização já era tema de discussões no Plano Salte e foi observado pela Comissão Mista Brasil Estados Unidos (CMBEU). Tavares (2010), por sua vez, aponta a existência de uma discussão sobre as condições de financiamento, relacionada com a criação de uma instituição com características de um banco de investimento, já na década de 1940. Tal apontamento era uma das conclusões da Missão Cooke, criada em colaboração com o governo dos Estados Unidos, em 1939.

² O nome “Social” foi adicionado em 1982. Até então era chamado de Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Para fins de padronização, será utilizado o nome atual do banco em todo o texto.

É importante destacar que a criação de uma instituição de financiamento que desse conta do problema de financiar o processo de desenvolvimento industrial já era evidenciado, anteriormente, conforme Redivo (2018). Durante a década de 1930, já durante o Governo Vargas, houve a criação de um Banco de Crédito Industrial³, sem que entrasse em funcionamento. A iniciativa de criação de um banco especializado no crédito à indústria não obteve sucesso em função das restrições financeiras e dificuldades para formação de *funding*. Entretanto, já era debatido por pessoas como Roberto Simonsen (SIMONSEN, 1931). A saída, dado as limitações observadas, foi criar uma instituição mista, vinculada ao Banco do Brasil, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), de 1937.

A CREAI iniciou as suas operações em 1938 e teve fim em 1969, quando o Banco do Brasil passou a contar apenas com a Carteira de Crédito Rural, em termos de crédito especializado. Durante a sua existência, a carteira teve como principal fonte de recursos a emissão monetária, uma vez que a busca por fontes de recursos baseadas na captação de poupanças (emissão de títulos, depósitos compulsórios etc.) não obteve sucesso. Com relação as operações de crédito, dada a característica de suas principais fontes de recursos, seus empréstimos foram majoritariamente ao setor rural. Entretanto, o segmento industrial também era contemplado nos créditos concedidos, sobretudo para segmentos industriais destinados a produção de bens de consumo não duráveis, importantes para a produção de bens que seriam consumidos pela população urbana em expansão. A CREAI, durante a década de 1960, também foi importante para o processo de modernização da produção agrícola, na produção de alimentos (REDIVO, 2018).

Mesmo com a existência da CREAI, o BNDES foi fundado em 1952. A criação de uma nova estrutura de financiamento especializada foi alvo de debates, como aponta Araújo (2007). Segundo o autor, havia uma preocupação com as possíveis dificuldades pelo Banco do Brasil em cumprir com as obrigações de um banco especializado no crédito de longo prazo. Ainda, aponta que as instituições existentes à época não seriam adequadas para a execução do Programa de Reparcelamento Econômico. Esta função coube, portanto, ao BNDES.

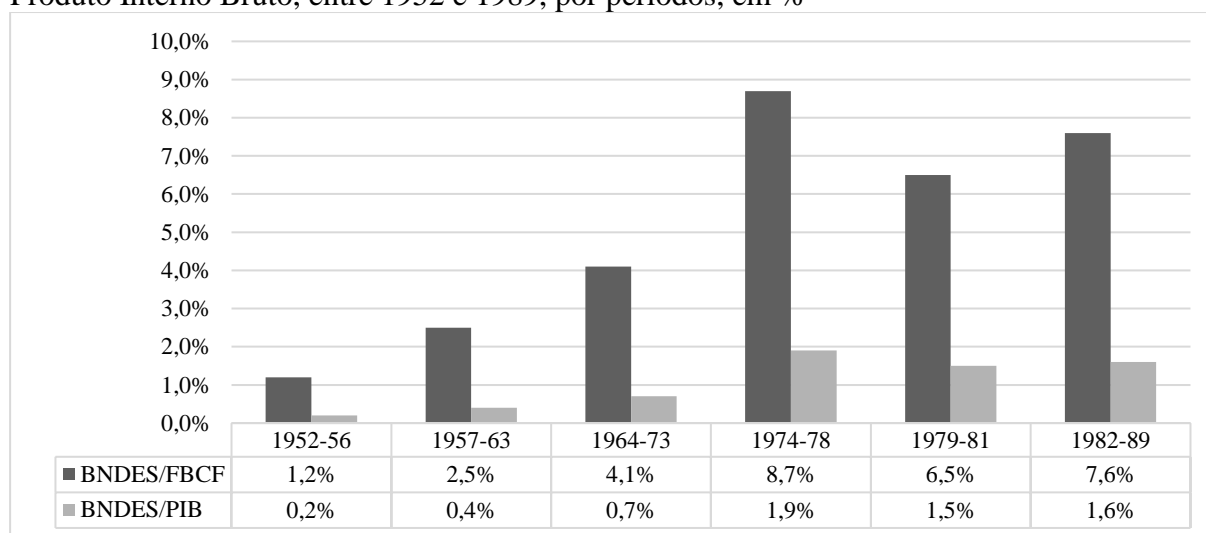
Um fato curioso é que os relatórios de gestão do banco, entre 1952 e 1969, tinha o título de “Exposição sobre o Programa de Reparcelamento Econômico”, deixando explícito uma outra importante contribuição do BNDES, que foi a formação de uma estrutura burocrática especializada para pensar o desenvolvimento econômico. Batista (2002) aponta que o BNDES

³ Decreto nº 24.575 de 1934.

é um marco na estrutura institucional brasileira, pois se tornou um órgão especializado na elaboração e execução de grandes projetos nacionais.

Observando a história do BNDES, percebe-se que estes “grandes projetos nacionais” nem sempre foram elaborados no sentido de formar novos segmentos industriais, ou até mesmo de infraestrutura. Como será visto adiante, o banco também foi um dos executores do Programa Nacional de Desestatização (PND), sobretudo após 1990, quando se amplia o processo de privatizações. Assim, percebe-se que a atuação do BNDES ao longo dos anos tem ligação estreita com as considerações e a lógica de política econômica que passam a fazer parte das ações do Estado brasileiro ao longo do tempo (REDIVO, 2012).

Gráfico 1 - Desembolsos do BNDES como proporção da Formação Bruta de Capital Fixo e no Produto Interno Bruto, entre 1952 e 1989, por períodos, em %



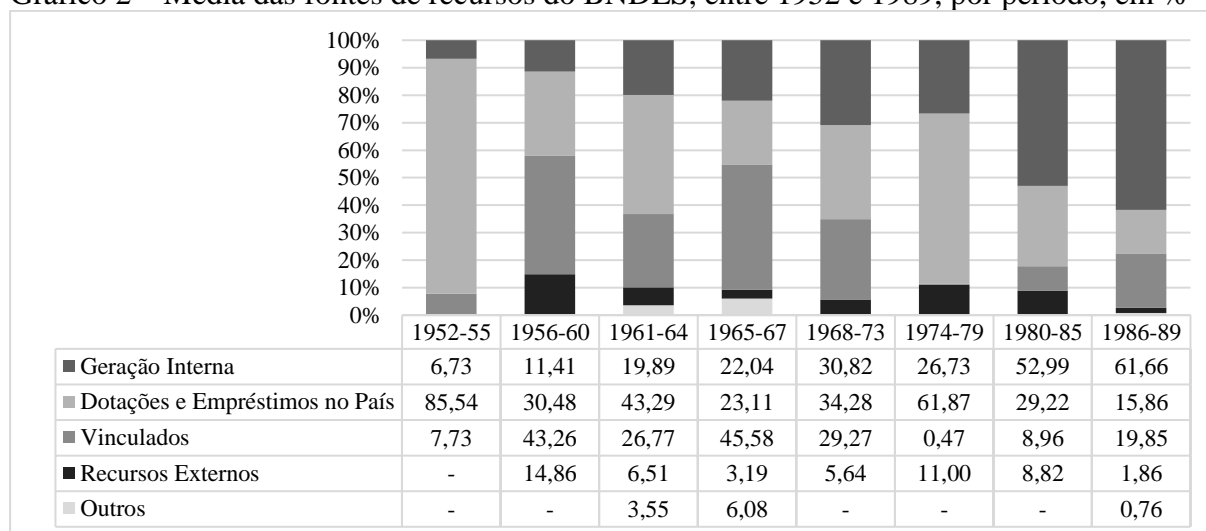
Fonte: Monteiro-Filha (1995).

A análise da atuação do BNDES ao longo do tempo permite observar como a instituição foi se constituindo em um dos principais agentes financeiros dos programas de desenvolvimento. O Gráfico 1 permite observar a relação dos desembolsos do BNDES com duas variáveis importantes, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e do Produto Interno Bruto (PIB). Pelos dados é possível observar que os desembolsos realizados pelo banco cresceram significativamente desde a sua fundação até o fim da década de 1980, quando há uma mudança de orientação das políticas econômicas de governo. Os dados apontam que os desembolsos do BNDES passam de 0,2% e 1,2% para 1,6% e 7,6%, em média, como proporção da FBCF e do PIB, do período 1952-56 ao período 1982-1989. Ressalta-se ainda, que o ápice é atingido no período 1974-79, quando ocorre o II PND.

A evolução da proporção que o BNDES ganha na economia brasileira guarda relação com a estrutura de recursos que o banco ao longo deste período. No Gráfico 2 são mostradas as fontes de recursos do banco, elaborados por Prochnik (1995), com destaque para os recursos de Dotações e Empréstimos no país, Vinculados e de Geração Interna. Inicialmente, o que se observa é uma elevada concentração das dotações de recursos, principalmente pelas dificuldades em obter fontes necessárias.

Alguns recursos de origem externa, que estavam previstos do BIRD e Eximbank, não foram concretizados e o banco, inicialmente, conta com recursos em moeda nacional. Para fazer frente a necessidade de recursos, o BNDES passa a contar recursos oriundos de recolhimentos compulsórios, como é o caso do Adicional de Imposto de Renda (BNDES, 1992). Outras fontes iniciais são as captações compulsórias de Cias de Seguro e as decorrentes de incorporações ao capital e reservas e dos retornos do próprio banco (PROCHNIK, 1995).

Gráfico 2 – Média das fontes de recursos do BNDES, entre 1952 e 1989, por período, em %



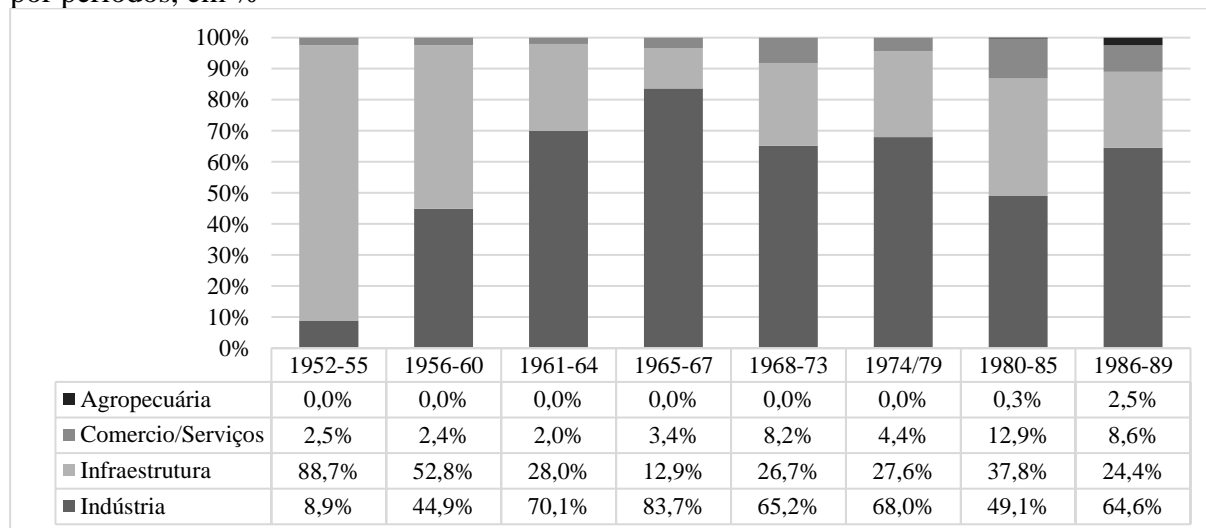
Fonte: Prochnik (1995).

A partir do período 1956-60 as fontes de recursos passam a ser mais diversificadas. Alguns pontos merecem ser destacados. O primeiro deles é o aumento de recursos vinculados, sobretudo aqueles associados ao FINAME e ao Fundo da Marinha Mercante (FMM). Um segundo ponto é o aumento da participação de recursos externos, inicialmente, no período 1956-60, decorrentes de acordos agrícolas firmados entre Brasil e Estados Unidos; e em um momento posterior, no período 1974-79, destacam-se as captações externas com recursos de mercado (PROCHNIK, 1995). Chama atenção nesse último ponto que as captações no exterior, realizadas pelo BNDES, acontecem justamente no período do II PND, no qual há a elevação do endividamento externo do país e que contribuiu para a crise de dívida externa na década de

1980. Por fim, é importante apontar que é no ano de 1974 que uma das principais fontes de recursos do BNDES foi instituída, quando recursos do FAT/PIS-PASEP passaram a ser transferidos ao banco. Tais recursos ainda constituem, atualmente, uma das principais fontes de recursos para a instituição.

No Gráfico 3 pode ser observada a composição setorial dos desembolsos do BNDES para o período 1952-1989. Os dados evidenciam que o banco atuou majoritariamente no financiamento para infraestrutura e indústria, segmentos importantes para o processo de industrialização do país. Estes setores foram apontados pelo relatório final apresentado pela CMBEU, em 1953, como gargalos para o desenvolvimento do país (BNDES, 2002). Após este período inicial, o BNDES mantém a característica de atuar nos projetos de desenvolvimento, tal qual aconteceu com o Plano de Metas. Monteiro-Filha (2002) aponta que o BNDES participou da coordenação do plano, que era constituído por um conjunto de objetivos setoriais. Ainda com relação a composição setorial dos desembolsos do banco, os dados apontam o aumento significativo para o financiamento da indústria após 1960, período em que ocorre uma intensificação da industrialização no país.

Gráfico 3 – Média da composição setorial⁴ dos desembolsos do BNDES, entre 1952 e 1989, por períodos, em %



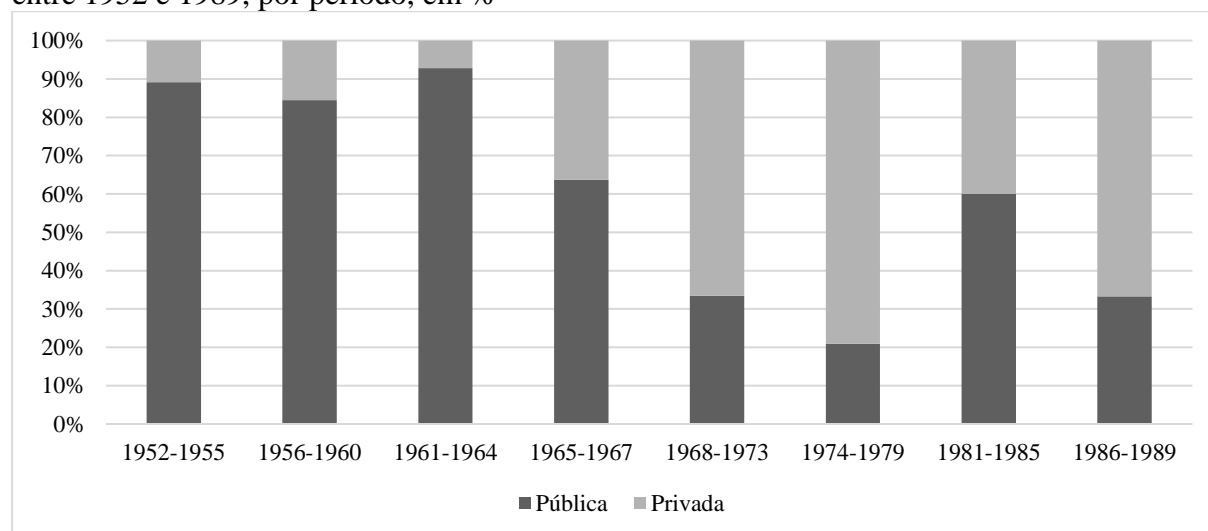
Fonte: Elaborado com dados de Barboza, Furtado e Gabrielli (2019).

Outra discussão acerca da atuação do BNDES no período 1952-89 se refere a divisão dos recursos desembolsados pelo banco entre os setores público e privado. Pelo Gráfico 4 é

⁴ Utilizou-se a composição setorial feita pelo BNDES, com base no CNAE, para apresentar os dados de distribuição setorial dos desembolsos. A vantagem desta estrutura elaborada pelo BNDES por separar a infraestrutura do setor de comércio e serviços.

possível perceber que, inicialmente, nos subperíodos 1952-55 a 1961-64, a maior parte dos recursos fora destinada para o setor público. Esta proporção guarda relação com o que já foi apontado anteriormente sobre a composição setorial dos desembolsos, inicialmente orientados à infraestrutura e à indústria de base, e de responsabilidade do Estado. Após o período apontado, os desembolsos passam a ser destinados, majoritariamente, a exceção de 1981/85, para o setor privado. Sobre isso, Najberg (2002) aponta para uma privatização de recursos públicos, sobretudo durante os governos da ditadura militar. Além disso, foi estimulado o financiamento para pequenas e médias empresas, através de agências e bancos de desenvolvimentos locais. É neste período, em 1966, que surge o FINAME, agência subsidiária do BNDES e especializada no financiamento industrial.

Gráfico 4 – Aprovações médias de financiamento do BNDES para os setores Público e Privado, entre 1952 e 1989, por período, em %



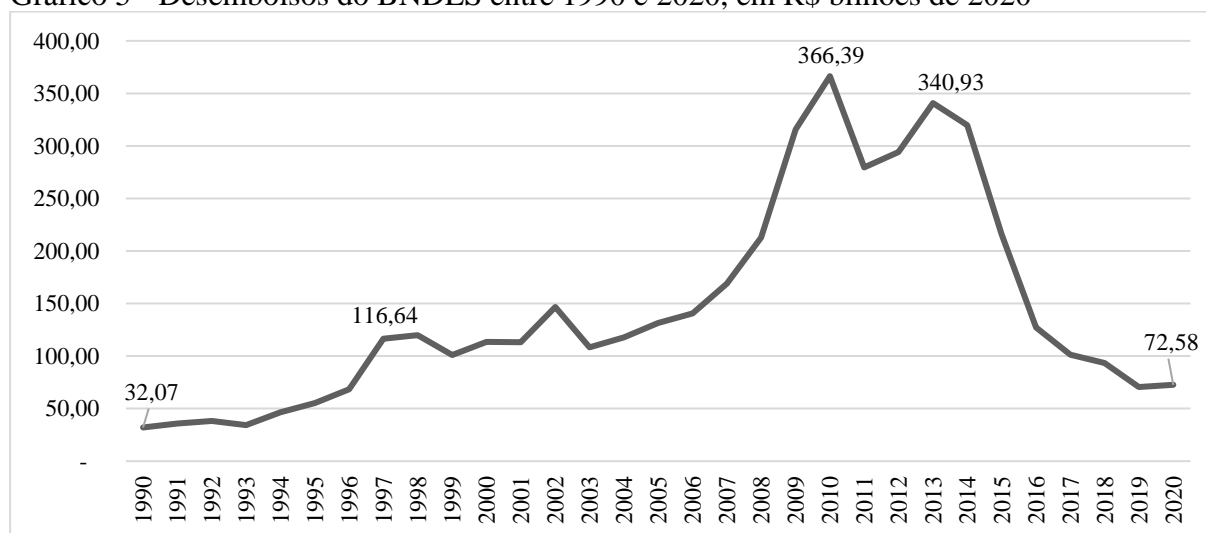
Fonte: 1952 a 1979, Najberg (2002); 1981 a 1989 (Currello, 1998).

Os dados apresentados até aqui esboçam um quadro geral da atuação do BNDES através das especificidades das fontes de recursos e dos desembolsos realizados pelo banco no período desenvolvimentista. Neste período, cria-se uma instituição de financiamento de longo prazo que também se configura como uma estrutura burocrática de planejamento e execução dos projetos de desenvolvimento por parte do Estado brasileiro. Apesar de não ser realizado aqui uma avaliação da atuação do banco, percebe-se que a mesma guarda relação com a atuação do Estado no período desenvolvimentista, quando o banco possui uma atuação que vai no sentido de formar as estruturas produtivas consideradas importantes para o processo de desenvolvimento industrial brasileiro.

3. Os ciclos do BNDES entre 1990 e 2020

O período que analisado aqui, vai de 1990 a 2020, apresenta três momentos distintos da atuação do BNDES, como nota-se pelo Gráfico 5. Destaca-se no período 1990 a criação de linhas especializadas ao financiamento de exportações e a participação do BNDES no processo de privatizações. Para o período de 2003 a 2014, o Banco volta a orientar e desembolsar recursos para políticas industriais desenvolvidas no período, mantendo forte desembolso de recursos para exportações brasileiras. Ainda para esse período, uma mudança importante acontece nas principais fontes de recurso do BNDES, que passa a contar com aportes do Tesouro Nacional. Já no período 2015 percebe-se a reversão do ciclo anterior, com uma drástica redução do volume de recursos desembolsados pelo banco, a despeito das baixas taxas de crescimento econômico, e pela devolução antecipada dos créditos obtidos junto ao Tesouro.

Gráfico 5 - Desembolsos do BNDES entre 1990 e 2020, em R\$ bilhões de 2020

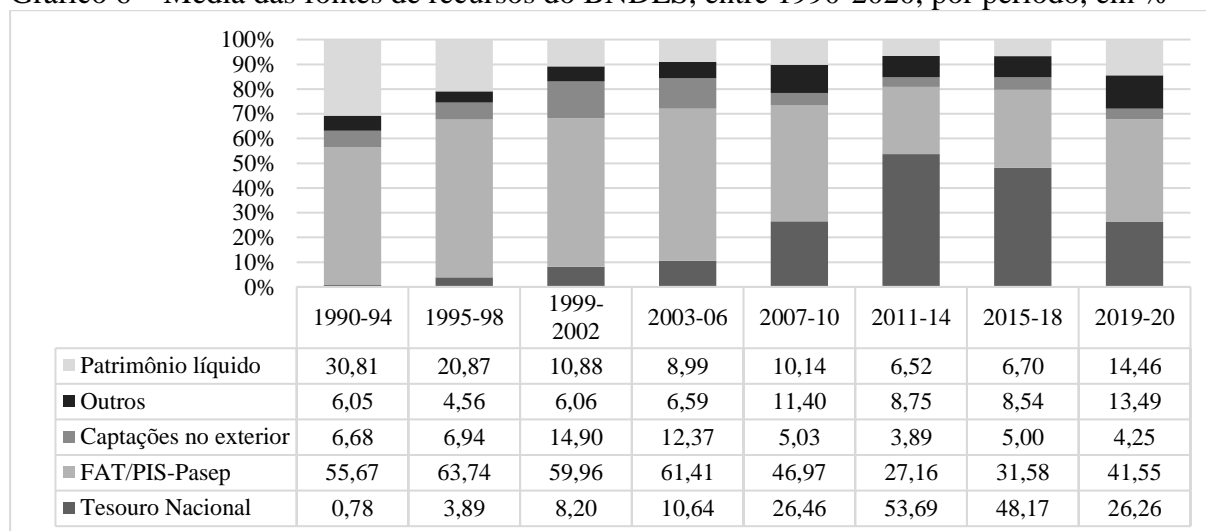


Fonte: BNDES (2021).

A estrutura de capital do BNDES, no período que vai de 1990 a 2020, pode ser observada no Gráfico 6. Nela é possível perceber que as fontes de recursos também apresentam ciclos tal qual os desembolsos realizados pelo banco. Para o período que vai de 1990 a 2006, tem-se como principais fontes de recursos as captações no exterior e as decorrentes dos depósitos do FAT/PIS-PASEP. O período que vai de 2007 a 2015 aponta o crescimento dos aportes do Tesouro Nacional ao banco, que passa a ser a principal fonte de recursos no período, superando os do FAT/PIS-PASEP. Após 2015, com a reorientação de política econômica e com a crise fiscal, o BNDES passa a devolver antecipadamente os recursos que foram destinados ao banco pelo Tesouro, fato que pode ser observado pela redução relativa dessa fonte.

Houve um debate sobre a participação do Tesouro Nacional como fonte relevante do *funding* do BNDES, envolvendo os custos das operações, centrado na diferença entre a taxa de captação do Tesouro e as taxas cobradas pelo banco nos empréstimos. A comparação realizada é entre a SELIC e a TJLP⁵, aplicando o diferencial destas duas taxas ao estoque de empréstimos do banco, resultando em um prejuízo financeiro para o Tesouro. Por outro lado, se aponta que não é adequado apenas aplicar esse diferencial sobre o estoque de empréstimos. Seria necessário considerar, para analisar o resultado financeiro, os lucros decorrentes das operações, os ganhos fiscais de curto prazo, via arrecadação tributária sobre os resultados dos investimentos, e ganhos fiscais de longo prazo, decorrentes dos efeitos cumulativos dos investimentos (PEREIRA, SIMÕES E CARVALHAL, 2011).

Gráfico 6 – Média das fontes de recursos do BNDES, entre 1990-2020, por período, em %⁶



Fonte: Elaborado com base nos relatórios de atividades do BNDES (vários anos).

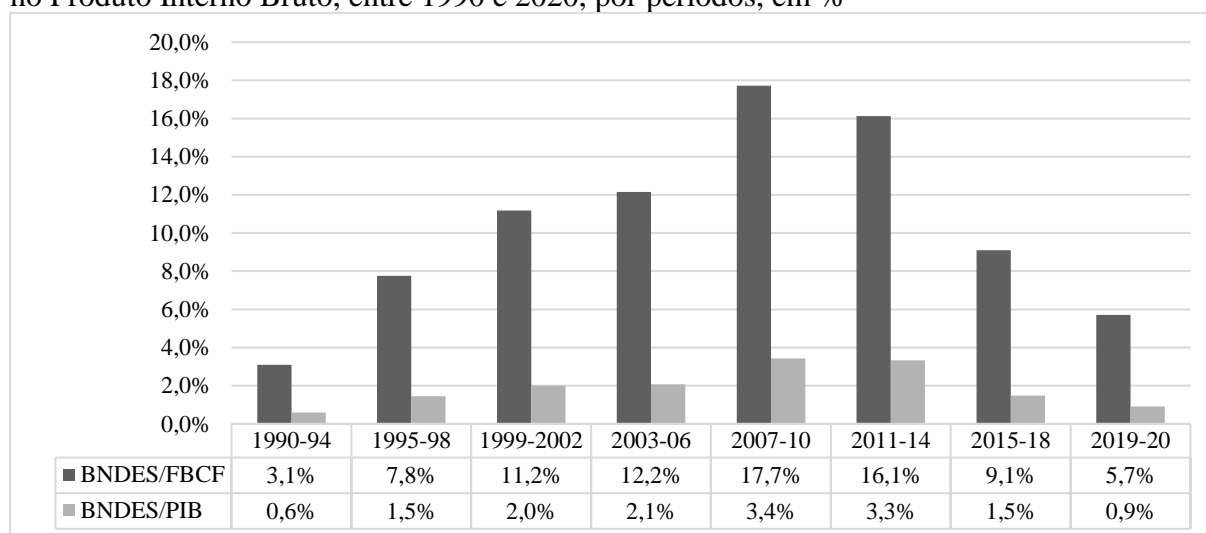
O Gráfico 7 permite observar a proporção que o BNDES atinge quando comparados os seus desembolsos com a FBCF e o PIB. Nota-se que após 1995, a participação volta a aumentar e atinge patamares mais elevados do que aqueles do período 1952/89, apresentados na seção anterior. Entretanto, a característica de atuação cíclica também é evidente quando observados os dados. Neles é possível observar o incremento da relação, atingindo o seu maior valor histórico o período 2007/10, quando atinge 17,7% como proporção da FBCF e 3,4% do PIB. Posteriormente a relação se reduz, principalmente a partir de 2015.

⁵ A TJLP foi a taxa de juros de referência para as operações de empréstimo do BNDES até 2018, quanto foi substituída pela TLP.

⁶ Prochinik (2008) atualiza o trabalho realizado em Prochinik (1995), entretanto os dados vão até 2007. Para criar uma base de dados comparáveis para o período 1990-2020, utilizou-se do balanço patrimonial do BNDES, para construir a série histórica de sua estrutura de capital. Assim, existe uma limitação na comparação com o período anterior.

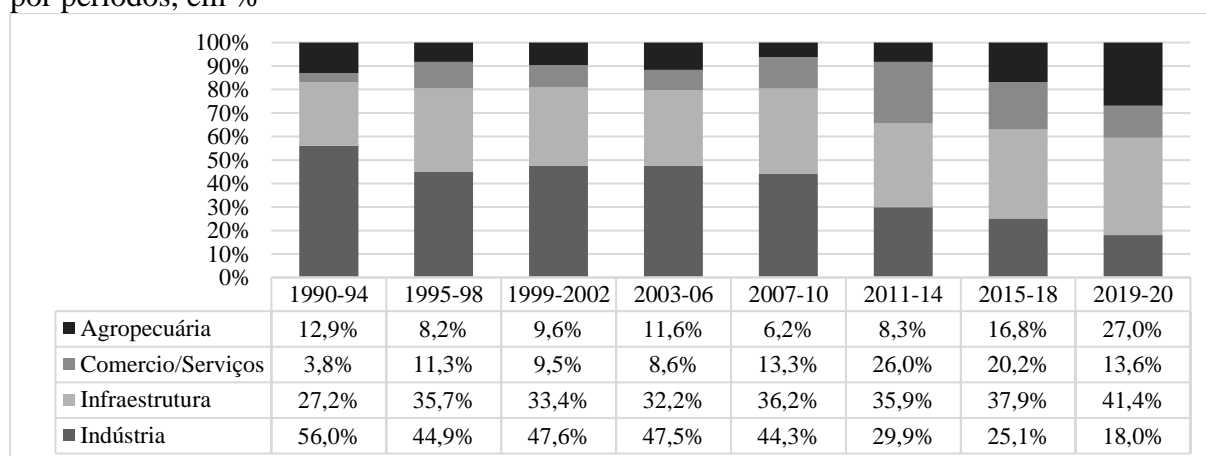
Se no período 1952-89, o BNDES se caracteriza como banco financiador dos setores de infraestrutura e a indústria, com os dois setores correspondendo a mais de 85% dos desembolsos, o novo período apresenta uma trajetória de mudança nesse padrão, como mostra o Gráfico 8. Os dois setores destacados ainda se mantêm como principais destinos dos recursos, mas em menor proporção do que fora no período anterior. Entretanto, merece ser destacado o incremento dos desembolsos para os setores de Agropecuária e Comércio/Serviços. Ainda, cumpre chamar atenção para a média de participação do setor agropecuário para o período 2019-20, que atinge 27%.

Gráfico 7 – Desembolsos do BNDES como proporção da Formação Bruta de Capital Fixo e no Produto Interno Bruto, entre 1990 e 2020, por períodos, em %



Fonte: Elaborado com dados de Barboza, Furtado e Gabrielli (2019), até 2017 e BNDES (2021) e IPEADATA (2021), para 2018 a 2020.

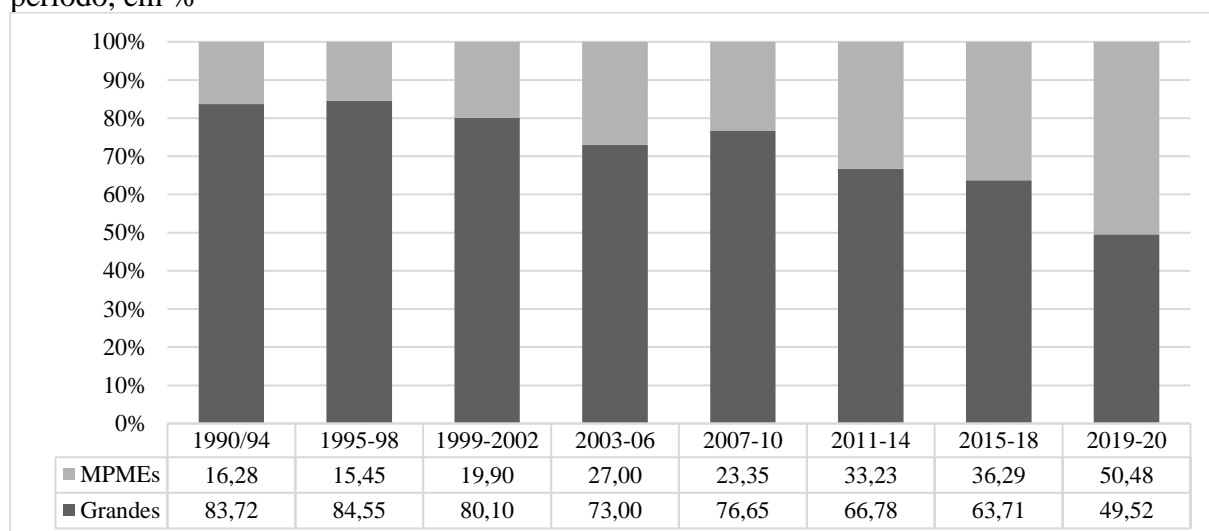
Gráfico 8 – Média da Composição Setorial dos Desembolsos do BNDES, entre 1990 e 2020, por períodos, em %



Fonte: Elaborado com dados de Barboza, Furtado e Gabrielli (2019), até 2017 e BNDES (2021) e IPEADATA (2021), para 2018 a 2020.

Uma outra mudança do BNDES com relação ao período anterior é o crescimento da participação das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) nos desembolsos do BNDES. O relatório do banco para o ano de 2000 (BNDES, 2000) aponta que um dos objetivos do planejamento estratégico passa a ser o apoio financeiro para MPME. Esta orientação pode ser observada nos dados do Gráfico 9, que expressam o incremento deste porte de empresas no apoio financeiro do banco. Também contribuiu para o aumento da participação de MPME nos desembolsos do BNDES a criação do Cartão BNDES, em 2003, que consiste em linhas de crédito pré-aprovadas para a compra em uma rede de fornecedores credenciados. Percebe-se que após a adoção do referido planejamento estratégico o BNDES aumenta seguidamente o financiamento de empresas de menor porte, atingindo o valor máximo no período 2019/20, com 50,48% de todos os desembolsos realizados pelo banco.

Gráfico 9 – Média dos desembolsos do BNDES por porte de empresa, entre 1990-2020, por período, em %



Fonte: BNDES (2021).

A partir de 1990 os relatórios do BNDES passam a apontar uma nova lógica na atuação do banco, destacando o seu papel no processo de redefinição da atuação do Estado. Neste sentido, os relatórios passam a expressar que a sua participação como banco de desenvolvimento, estaria centrada nas reformas administrativas e patrimoniais que aconteceram ao longo da década de 1990, destacando a sua função de potencializar a participação de recursos privados no financiamento.

Assim, uma característica da atuação do BNDES na década de 1990 refere-se a sua participação como órgão gestor do Fundo Nacional de Desestatização (FND), no contexto do Programa Nacional de Desestatização (PND). Neste sentido, o banco atua tanto como avaliador

do preço de venda das empresas que seriam desestatizadas, como também atuava na execução do processo, em diferentes frentes. O Relatório de atividades de 1991 destaca que o objetivo do PND seria passar à iniciativa privada as atividades econômicas que não seriam administradas pelo Estado, bem como a necessidade de solucionar a questão da dívida pública federal e o saneamento das contas públicas. Ainda, logo em sua apresentação, realça o novo papel:

Um dos destaques nas atividades do BNDES neste ano foi o sucesso obtido no desempenho da nova missão atribuída pelo governo à instituição: a de gestor do Fundo Nacional de Desestatização e agente responsável pelo suporte administrativo, financeiro e técnico do Programa Nacional de Desestatização (BNDES, 1991, p.4).

Em 1995, o banco destaca uma nova etapa da sua atuação no processo de privatização, com o suporte técnico às privatizações estaduais. Ressalta-se inclusive o apoio financeiro da instituição:

o Banco compra ações de empresas estaduais que serão privatizadas, concedendo, assim, adiantamentos aos governos estaduais referentes à venda futura dessas mesmas ações. Com este apoio, o BNDES contribui para amenizar o problema das finanças dos estados e para promover a recuperação da capacidade de seus investimentos (BNDES, 1995, p. 20).

A partir de 2003 são elaboradas uma série de políticas industriais, com participação do BNDES na concepção, operacionalização e financiamento. Estas políticas foram: Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), de 2003; Plano de Desenvolvimento Produtivo (PDP), de 2008; Programa de Sustentação do Investimento (PSI), de 2009; e Plano Brasil Maior (PBM), de 2011. Além das políticas industriais, o BNDES atua com linhas de financiamento para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), voltado para infraestrutura.

Tabela 1 - Desembolsos para setores estratégicos da PITCE, entre 2003 e 2007, em R\$ milhões de 2020

Segmento	2003	2004	2005	2006	2007
Software	14,5	15,4	194,9	195,0	438,2
Fármacos e Medicamentos*	0,0	17,2	191,0	387,6	1.308,6
Bens de Capital**	26.160,0	34.080,3	34.684,6	42.070,4	65.413,5
Total	26.174,5	34.112,9	35.070,6	42.653,0	67.160,2

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Lei de Acesso à informação⁷.

* Profarma começa a operar em 2004.

** Inclui apoio à aquisição de bens de capital por outros setores.

Obs.: não houve desembolsos para projetos de semicondutores no período.

⁷ A Lei de Acesso à Informação (12.527/2011) permite solicitar informações públicas. Sendo assim, foram obtidas informações sobre PITCE, PDP, PSI e PBM através desta lei, pelo E-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão), fornecidas pelo BNDES, sob o protocolo de número 99903000425201505.

Os desembolsos do BNDES para a PITCE estão apresentados na Tabela 1. Nela é possível observar os setores estratégicos selecionados para a política, sendo eles: Software; Fármacos e Medicamentos; e Bens de Capital. Pelos valores percebe-se a concentração de financiamento no setor de Bens de Capital, que supera mais de 90% dos desembolsos em todos os anos do período.

O BNDES participa da concepção, operacionalização e gestão do programa do PDP (BNDES, 2008), com redução de taxas e custos financeiros, ampliação de prazos, criação e novas linhas de financiamento, políticas de financiamento regional e apoio à exportação. Destacam-se as principais medidas: i) redução de 20% no spread básico médio (1,4% a.a. para 1.1% a.a.), redução da taxa de intermediação financeira (0,8% para 0,5%), redução do spread básico para bens de capital (1,5% a.a. para 0,9% a.a.), duplicação do prazo para FINAME-Indústria (5 para 10 anos); ii) para inovação, novas linhas de Capital Inovador e Inovação Tecnológica); iii) medidas regionais, com aumento das linhas de acesso direto para Norte e Nordeste; e iv) medidas de apoio a exportação, com liberação de financiamento em Euros com recursos do FAT (BNDES, 2008).

Tabela 2 - Desembolsos para setores estratégicos da PDP, entre 2008 e 2010, em R\$ milhões de 2020

Programas e setores	2008	2009	2010
Programas mobilizadores em áreas estratégicas	14.621	8.711	8.024
Complexo industrial de saúde	543	453	2.686
Tecnologia de informação e comunicação	14.058	8.229	5.300
Complexo da indústria de defesa	20	29	38
Programas para fortalecer a competitividade	123.721	137.095	185.435
Complexo automotivo	3.857	7.766	8.581
Bens de capital*	68.032	66.890	116.799
Têxtil e confecções	2.810	1.325	4.169
Madeira e móveis	1.667	1.192	1.904
Higiene, perfumaria e cosméticos	322	250	359
Construção civil	8.551	13.412	12.896
Complexo de serviços	16.694	24.014	32.140
Indústria naval e cabotagem	2.304	3.688	4.935
Couro, calçados e artefatos	1.358	518	1.387
Agroindústrias	40.449	39.892	51.973
Biodiesel	34	126	136
Plásticos	1.472	1.712	2.804
Brinquedos	9	27	35
Eletrônicos de Consumo	1.761	801	1.639
Trigo	157	270	533
Programas para consolidar e expandir a liderança	57.817	113.350	102.476
Complexo aeronáutico	4.871	4.522	6.087
Petróleo, gás natural e petroquímica	9.985	61.464	60.345
Bioetanol	12.119	11.687	11.234
Celulose e papel	2.160	7.857	3.902
Mineração	5.765	6.582	2.851
Siderurgia	6.496	9.417	7.583
Carnes	16.421	11.821	10.474

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Lei de Acesso à informação.

* Inclui desembolso para aquisição de bens de capital em outros setores.

Na Tabela 2 observam-se os valores desembolsados no âmbito da PDP, apresentados em três programas: i) programas mobilizadores em áreas estratégicas; ii) programas para fortalecer a competitividade; e iii) programas para consolidar e expandir a liderança. O segundo e o terceiro são os que mais recebem desembolsos do BNDES, com destaque para os setores de bens de capital, complexo de serviços e agroindústrias em fortalecimento da competitividade. Os setores que se destacam no programa para expandir a liderança são de petróleo, gás natural e petroquímica, bioetanol e carnes. O programa para mobilização em áreas estratégicas tem como setor de destaque nos desembolsos o de Tecnologia da informação e comunicação.

Na Tabela 2 observam-se os valores desembolsados no âmbito da PDP, apresentados em três programas: i) programas mobilizadores em áreas estratégicas; ii) programas para fortalecer a competitividade; e iii) programas para consolidar e expandir a liderança. O segundo e o terceiro são os que mais recebem desembolsos do BNDES, com destaque para os setores de bens de capital, complexo de serviços e agroindústrias em fortalecimento da competitividade. Os setores que se destacam no programa para expandir a liderança são de petróleo, gás natural e petroquímica, bioetanol e carnes. O programa para mobilização em áreas estratégicas tem como setor de destaque nos desembolsos o de Tecnologia da informação e comunicação.

Tabela 3 - Desembolsos do PSI por Setor, 2011 a 2014, em R\$ bilhões de 2020

Em R\$ milhões	2011	2012	2013	2014
Agropecuária	10.749	12.486	22.003	18.287
Indústria Extrativa	1.339	1.048	1.930	1.362
Indústria de Transformação	24.718	21.776	40.933	32.044
Comércio e Serviços	36.452	38.937	65.677	63.451
Total	73.258	74.246	130.544	115.144

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Lei de Acesso à informação.

Tabela 4 - Desembolsos do BNDES para os Sistemas Produtivos do PBM, entre 2011 e 2014, em R\$ milhões de 2020

Em R\$ milhões de 2020	2011	2012	2013	2014
Subtotal Blocos de Sistemas Produtivos PBM	213.037	205.050	238.733	220.954
1 - Sistemas da Mecânica, Eletroeletrônica e Saúde*	137.834	127.935	164.250	147.801
2 - Sistemas Intensivos em Escala	44.997	46.053	51.303	46.944
3 - Sistemas Intensivos em Trabalho	24.274	26.255	26.348	22.022
4 - Sistemas do Agronegócio	29.309	29.096	41.509	35.108
5 - Comércio, Logística e Serviços Produtivos	67.117	54.237	65.716	63.331
Total BNDES	248.167	263.129	302.675	283.378

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Lei de Acesso à informação.

Nota: Para bens de capital (Finame), há dupla contagem nos desembolsos do BNDES, pois estes aparecem nos Sistemas da Mecânica, Eletroeletrônica e Saúde e no programa que realiza o investimento.

Em 2009, num contexto de crise internacional e queda de investimentos, é lançado o PSI, que teve o BNDES como agente financeiro. A participação do banco, através de desembolsos está na Tabela 3. Em 2011, o total desembolsado chega a R\$ 73,26 bilhões, com

destaque para Comércio e Serviços. Em 2014, o total desembolsado chega a R\$ 115,14 bilhões, também se destacando o Comércio e Serviços. Observa-se, entretanto, que o principal ano em desembolsos é 2013, com R\$ 130,54 bilhões.

O PBM, lançado em 2011, conta com o BNDES no seu grupo executivo. Setorialmente, o programa divide-se em cinco blocos de sistemas produtivos, com a participação do banco em todos eles: i) sistemas da mecânica eletrônica e saúde; ii) sistemas intensivos em escala; iii) sistemas intensivos em trabalho; iv) sistemas de agronegócio profissional; e v) comércio, logística e serviços (BNDES, 2011). Na Tabela 4, estão dispostos o total de recursos liberados pelo BNDES, separados pelos blocos de sistemas produtivos que constam do PBM.

Dentro das 35 medidas que compõem inicialmente o PBM, o BNDES contribui com um total de oito. As medidas são: extensão do PSI até dezembro de 2012; ampliação de capital de giro para MPME; relançamento do programa BNDES Revitaliza⁸; criação do programa BNDES qualificação; crédito pré-aprovado para planos de inovação para empresas; recursos para Finep; ampliação de programas setoriais; criação do programa para Fundo do Clima.

Tabela 5 - Desembolsos acumulados BNDES – PAC, entre 2007 e 2011, em R\$ milhões de 2020

Eixo	2007	2008	2009	2010	2011
Energia	26.187,56	43.894,18	131.694,04	151.945,35	171.098,59
Logística	1.951,39	7.848,54	14.878,04	20.265,83	26.527,65
Social e Urbana	856,198239	2.061,31	8.292,64	12.046,56	14.396,57
Administração Pública	0	23,60398	90,47125531	164,77961	166,00912
Total Acumulado	28.995,17	53.827,63	154.955,18	184.422,53	212.188,80
Total Apenas no Ano (t-(t-1))	28.995,17	27.760,29	102.074,83	37.653,49	42.248,27

Fonte: Relatórios Anuais BNDES, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011.

Nota: Não há dados disponíveis, em formato comparável, para os anos de 2012, 2013, 2014 e 2015, nos relatórios anuais do BNDES.

O BNDES também participa do PAC, com a liberação de recursos para os investimentos realizados, apresentados na Tabela 5. O total de recursos desembolsados até 2011, de forma acumulada, alcança o valor de R\$ 212,19 bilhões, com maior participação de Energia, seguido de Logística. Sobre os projetos, em termos de Energia Elétrica, destacam-se a implantação de unidades de produção de energia termoelétricas e Usinas de Álcool, assim como também gasodutos. Em termos de logística, têm presença os programas de construção de plataformas, navios e concessão de estradas. No eixo Social e Urbano, os projetos de destaque estão na área de saneamento (BNDES, 2011).

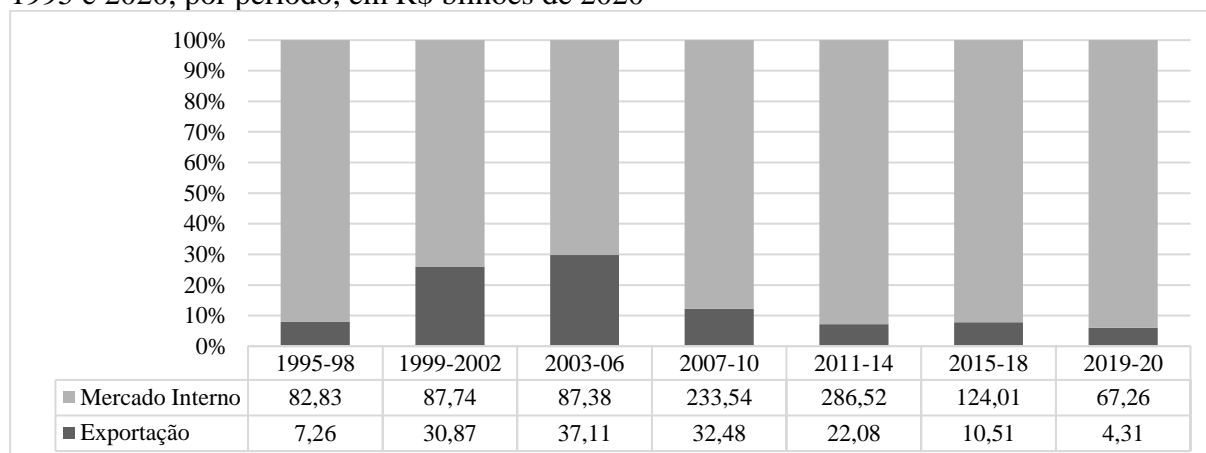
⁸ Programa destinado a revitalização de empresas brasileiras que atuam em setores afetados pela crise econômica, com foco na agregação de valor ao produto nacional (BNDES, 2012).

4. O apoio financeiro do BNDES às exportações brasileiras e catarinenses

O apoio financeiro do BNDES às exportações brasileiras data de 1990, quando o primeiro financiamento de linhas de exportações foi realizado. Inicialmente, apoia o setor de bens de capital, através da recém-criada FINAMEX, termo derivado de FINAME. As modalidades de financiamento à exportação podem ser divididas em Pré-Embarque, quando se financia a produção de empresas nacionais, destinada à exportação; e Pós-Embarque, quando se financia a comercialização de produtos nacionais pelo exterior. Em 1997, o nome do programa de apoio às exportações do BNDES passa a ser BNDES-*Exim*, mudança associada a diversificação da pauta de produtos exportados, que deixam de ser apenas bens de capital (CARTERMOL, 2005).

A distribuição dos recursos do BNDES para empréstimos no país e exportações, para o período 1995-2020 está apresentada no Gráfico 10. Para separar os desembolsos entre aqueles que são destinados ao mercado interno e aqueles para exportações, utilizam-se os produtos e instrumentos financeiros do banco. São selecionados os Produtos BNDES-*Exim* e BNDES FINEM⁹, quando o instrumento financeiro era o BNDES-*Exim* Pré-embarque e Internacionalização. Observa-se que a participação dos desembolsos para exportações ganha impulso após 1999, quando chega a R\$ 30,87 bilhões, em média, entre 1999 e 2002. Esta média permanece superior aos R\$ 30 bilhões nos dois subperíodos seguintes, com R\$ 37,11 e R\$ 32,48 bilhões para 2003-06 e 2007-10, respectivamente. Entretanto, a participação no total de desembolsos inicia uma trajetória de queda, atingindo R\$ 4,31 bilhões no período 2019-20.

Gráfico 10 – Média de desembolsos do BNDES para exportação e mercado interno, entre 1995 e 2020, por período, em R\$ bilhões de 2020



Fonte: BNDES (2021).

⁹ Produto com linhas de financiamento acima de 20 milhões para projetos de investimento.

No seu relatório de atividades de 1992, o BNDES destaca a importância ao seu programa de apoio às exportações, apontando uma nova orientação a sua política de crédito:

Para que se consolide a atuação do Sistema BNDES, no financiamento e fomento ao comércio exterior, é importante ampliar o escopo do Programa Finamex, bem como incorporar outras funções típicas de instituições oficiais de apoio às exportações, tipo Eximbank, adaptadas às realidades econômica e institucional brasileiras, a fim de que seja firmada de forma permanente e sistemática a imagem do Sistema BNDES também como banco de comércio exterior (BNDES, 1992, p. 56).

Ainda, destacam-se os tipos de apoio desenvolvidos: financiamento à exportação, mecanismo de *hedge*, criação de um mecanismo para equalização com vistas a redução de margem de risco e garantir competitividade aos produtores nacionais, o que inclui a equalização de taxas de juros, ampliar mecanismos de garantia, ampliação da captação externa e credenciamento de agentes no exterior (BNDES, 1992). Em 1995, observa que parte dos seus recursos aplicados pelo banco seria remunerada de acordo com a variação do dólar, sendo os mesmos aplicados no financiamento de bens e serviços com inserção internacional, chamando atenção para a exportações de navios (BNDES, 1995).

Já em 1997, o banco faz menção a política econômica do governo, apontando que a atuação do seu programa de apoio às exportações está de acordo com o “esforço para a consolidação do crescimento econômico sustentado” (BNDES, 1997, p. 6). Em 1998 o BNDES aponta que o BNDES-*Exim* seria um embrião de um possível *Eximbank* brasileiro, o que denota uma consolidação da sua função como apoiador das empresas exportadoras brasileiras. Ainda faz referência a necessidade de resolver a situação da balança de transações correntes e da situação externa do país, após a crise asiática, através da expansão das exportações do país. Neste sentido, realça a importância de apoiar a competitividade de empresas nacionais e aumentar o financiamento ao seu comércio exterior (BNDES, 1998).

Em 1999, o banco apresenta a atuação da instituição no apoio às exportações num contexto de restrições externas e a necessidade de melhorar a posição do país no comércio internacional. Com relação aos produtos exportados, destaca as seguintes operações relevantes: exportações de aeronaves, de serviços de engenharia, de trens metroviários e de ônibus e caminhões. O BNDES, ainda, aponta a forte expansão de sua atuação na linha de crédito às exportações, que condiz com os dados que serão observados adiante (BNDES, 1999).

A intenção do banco no apoio às exportações, já no período pós-2003 é externada no relatório do ano de 2004:

A ação do BNDES na promoção das vendas externas do país tem como objetivo principal modificar o padrão tecnológico da estrutura produtiva, de forma a ampliar o

dinamismo das exportações brasileiras e aumentar o conteúdo nacional dos bens de capital (BNDES, 2004, p. 109).

Ainda, o relatório afirma que o apoio do BNDES às exportações é complementar ao sistema financeiro nacional, de modo a atender lacunas não supridas pelo setor privado, devido a características dos financiamentos, como prazo e taxas de juros competitivas, sobretudo em setores considerados estratégicos.

Um outro aspecto do incremento no apoio às exportações do banco são as prioridades de política externa estabelecidas. Em 2005, o banco destaca que a sua atuação é orientada ao incremento do fluxo comercial do Brasil com os países vizinhos, ampliando a presença do país na região. É nesse contexto que se ampliam um conjunto de ações de exportações de serviços de engenharia, para obras em países da América do Sul. No seu relatório de atividades de 2006 o banco destaca o seguinte:

Em prosseguimento às atividades iniciadas em 2003, quando o BNDES incorporou o apoio à integração da América do Sul às suas atribuições, sobretudo em decorrência da prioridade concedida à região na política externa brasileira, a atuação do BNDES vem se consolidando em duas vertentes: ações institucionais e apoio financeiro às exportações (BNDES, 2006, p.102).

Como parte dessa nova etapa da atuação do BNDES, são criados três escritórios no exterior, para o apoio à internacionalização de empresas brasileiras, em Montevideo, Londres e Johannesburgo. Este novo foco de atuação é concentrado no período 2003/2011 e segundo Além e Cavalcanti (2005) a internacionalização é uma forma de fortalecer as empresas nacionais, aumentando a sua competitividade, além de destacarem o papel das multinacionais no desenvolvimento de tecnologia. Os três escritórios do banco no exterior foram fechados em 2016, mas o BNDES ainda conta com uma rede de bancos credenciados no exterior.

Tabela 6 - Participação média dos estados nos desembolsos do BNDES às exportações, entre 1995 e 2020, por períodos, em %

Período	MG	PR	RJ	RS	SC	SP	Outros
1995/98	2,50	4,05	1,25	13,16	7,90	65,77	5,38
1999-2002	3,77	2,54	6,34	7,17	6,33	69,64	4,21
2003-06	4,68	2,21	6,72	4,05	3,37	75,42	3,54
2007-10	9,61	5,08	13,94	7,17	5,68	52,86	5,66
2011-14	7,56	5,34	21,45	8,38	7,23	46,41	3,65
2015-18	7,27	2,48	11,78	4,24	3,26	70,56	0,41
2019-20	2,70	0,64	0,12	10,36	0,76	84,44	0,99

Fonte: BNDES (2021).

Os desembolsos do BNDES apresentam historicamente uma concentração regional no Sudeste, Sul e, em menor grau para o Nordeste (TAVARES, 2010; REDIVO, 2012). Esta

característica se acentua quando se observa os recursos destinados às exportações. Na Tabela 6 se observa que seis estados concentram mais de 90% do total dos desembolsos nas modalidades de crédito destinadas à exportação. Destacam-se os seguintes estados federativos: São Paulo, seguido do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná. Constatase, portanto, que as regiões mais atendidas pelo desembolso voltado à exportação são as Sudeste e Sul.

Tabela 7 – Média dos desembolsos do BNDES para mercado interno e exportações, Brasil (exclusive SC) e Santa Catarina, entre 1995 e 2020, por períodos, em %

Período	Exportações BR	Exportação SC	Mercado Interno BR	Mercado Interno SC
1995-98	6,98	11,90	93,02	88,10
1999-2002	25,33	28,29	74,67	71,71
2003-06	30,89	16,65	69,11	83,35
2007-10	12,32	14,24	87,68	85,76
2011-14	7,04	9,16	92,96	90,84
2015-18	8,11	6,20	91,89	93,80
2019-20	6,31	0,46	93,69	99,54

Fonte: BNDES (2021).

Tabela 8 – Média dos desembolsos do BNDES para exportações por subsetor BNDES, para o Brasil (exclusive SC) e Santa Catarina, entre 1995 e 2020, por períodos, em %

Subsetor BNDES	1995/98	1999-2002	2003-06	2007-10	2011-14	2015-18	2019-20
Agropecuária	0,9	1,0	0,3	0,2	0,4	0,1	1,0
Alimento e bebida	4,2	8,9	4,8	5,9	1,1	1,0	-
Celulose e papel	1,0	0,9	0,3	1,5	0,0	-	-
Comércio e serviços	7,3	4,8	6,3	16,2	25,1	8,1	0,2
Extrativa	0,0	0,2	1,0	0,0	-	0,6	-
Material de transporte	49,5	61,8	69,0	43,6	44,3	69,8	88,9
Mecânica	28,6	9,7	11,0	16,7	16,3	8,3	7,5
Metalurgia e produtos	3,8	5,8	1,3	6,4	4,0	4,5	1,3
Química e petroquímica	1,2	2,1	1,7	2,5	0,8	3,5	0,0
Têxtil e vestuário	1,6	1,7	0,9	1,0	0,7	0,2	0,1
Outras	2,0	3,2	3,4	6,1	7,3	4,1	1,0
Total BR (exclusive SC)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Santa Catarina						
Agropecuária	-	4,2	4,0	0,7	0,2	-	-
Alimento e bebida	55,5	50,7	34,7	16,5	18,8	5,7	-
Celulose e papel	-	1,0	1,3	0,6	-	-	-
Comércio e serviços	0,6	1,4	2,6	16,4	9,8	49,8	3,8
Extrativa	1,2	-	-	-	-	-	-
Material de transporte	14,1	9,7	1,3	4,6	5,2	5,2	24,3
Mecânica	13,4	11,9	36,2	45,4	49,7	10,6	68,5
Metalurgia e produtos	8,5	2,3	1,9	7,3	7,0	7,8	-
Química e petroquímica	-	0,4	2,2	0,6	1,2	4,0	-
Têxtil e vestuário	-	8,4	9,1	5,8	2,9	9,9	-
Outras	6,8	10,1	6,7	2,4	5,4	7,1	3,5
Total Santa Catarina	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: BNDES (2021).

Na Tabela 7 é apontado a distribuição percentual dos desembolsos para exportações e mercado interno, para Santa Catarina e Brasil (exclusive SC). Opta-se por separar os percentuais de Santa Catarina do restante do Brasil, para efeitos de comparação. Assim, percebe-se que as trajetórias de aumento e redução são similares nos dois casos. Entretanto, a proporção dos recursos destinados às exportações em Santa Catarina é superior à do Brasil para os períodos 1995-98, 1999-2002, 2007-10 e 2011-14. Merece destaque, o baixo percentual do período 2019-20.

Outra característica a ser apresentada dos desembolsos destinados aos exportadores é a sua composição setorial. Os dados da Tabela 8 apresentam a composição setorial dos desembolsos às exportações do Brasil, excluindo Santa Catarina. Ao longo de todo o período se destacam, em ordem, os seguintes setores: Material de Transporte; Mecânica; e Comércio e Serviços. Por sua vez, destacam-se os, em ordem, para Santa Catarina: Mecânica; Alimento e Bebida; Comércio e Serviços; e Material de Transporte. Apesar de haver uma pequena variação entre os setores que mais recebem recursos, a tendência é que os mesmos setores se destaquem tanto para Santa Catarina, quanto para o restante do Brasil.

Percebe-se que a atuação do BNDES no apoio às exportações mantém a lógica de conexão da instituição com as políticas de Estado. Além disso, também é possível salientar que o contexto econômico dos anos 1990, com importantes restrições externas e a necessidade de uma política comercial que garantisse a sustentação de uma balança de transações correntes positivas, estimulou a participação do BNDES em um segmento ao qual não havia atendido diretamente no período 1952/89.

5. Considerações Finais

O primeiro objetivo deste trabalho apresenta a atuação histórica do BNDES, entre 1952 e 2020. Observa-se que o BNDES é fundado em 1952, com o intuito de criar uma fonte interna para o financiamento de longo prazo, necessário ao processo de desenvolvimento pelo qual o país passava. O que se observa é que o banco tem a sua operação direcionada pelo tipo de atuação do Estado, seja num contexto específico de desenvolvimento por via da industrialização, seja por via de políticas de liberalização.

Ao longo do período 1952-2020 observa-se a elevação da participação do BNDES na economia brasileira, tendo como base de comparação dois indicadores: a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e o Produto Interno Bruto (PIB). Entre 1952 e 1989, a proporção dos desembolsos do BNDES sobre o PIB e a FBCF passa de 0,2% e 1,2% para 1,6% e 7,6%,

respectivamente. Já para o período 1990-2020, percebe-se uma elevação nesta relação a partir do subperíodo 1995-98 até 2007-10, atingindo os valores máximos de 17,7% e 3,4% para a FBCF e o PIB, respectivamente. Entretanto, após este período se observa um declínio, até voltar a patamares mais modestos em 2019-20.

Com relação aos recursos utilizados pelo banco para a sua atividade de financiamento, apresentam-se os principais acontecimentos. Entre 1952 e 1989 as principais fontes do BNDES figuram aquelas de Geração Interna, Dotação e Empréstimos no País e Vinculados, com uma participação importante de recursos externos no subperíodo 1974-79, quando ocorre a implantação do II PND. Destaca-se a criação do FAT/PIS-PASEP em 1974, que se tornaria uma das principais fontes de recursos até o período atual, em 2020. Para o período 1990-2020, as principais fontes de recursos do banco referem-se aquelas do FAT/PIS-PASEP, mas ganha importância o aporte de recursos do Tesouro Nacional, entre 2007 e 2014. Após este período, mais precisamente a partir de 2016, o BNDES passa a devolver antecipadamente os recursos ao Tesouro.

A composição setorial do banco também apresenta mudanças quando são comparados os períodos 1952-89 e 1990-2020. No primeiro período, os desembolsos do banco são destinados majoritariamente para os setores de infraestrutura e indústria. Para o período 1990-2020, ganha destaque na composição setorial dos desembolsos os setores de comércio e serviços; e para 2019 e 2020 realça-se o aumento para a agropecuária.

Já sobre a destinação entre os setores público e privados, analisados para o período 1952 e 1989, registra-se que até 1967 os desembolsos aconteciam principalmente para o setor público, sendo que a partir disso o setor privado ganha destaque. A composição dos desembolsos por regiões aponta que há uma concentração, em ambos os períodos para o Sudeste, Sul e em menor grau para o Nordeste. Percebe-se que após 1990 há incremento constante no total de recursos desembolsados para MPME.

O segundo objetivo deste artigo dedica-se em apresentar a atuação do BNDES às exportações brasileiras e catarinenses. Na década de 1990, ressaltam-se os produtos de apoio financeiro às exportações, num contexto em que havia a necessidade de aumentar a participação das empresas brasileiras no comércio internacional, e de melhorar a balança de transações correntes.

Observa-se que a concentração regional dos desembolsos às exportações é mais acentuada do que quando observado o total do apoio financeiro fornecido pelo banco, sendo concentrada em estados das regiões Sudeste e Sul, sobretudo em São Paulo. As características de divisão de recursos entre o mercado interno e exportações e a composição setorial dos

desembolsos às exportações brasileiras (exclusive SC) e catarinenses, por sua vez, possuem padrões similares.

Em termos gerais, percebe-se que entre 1952-89 o BNDES tem uma atuação voltada ao processo de industrialização. Para o período seguinte, observam-se fases distintas: de 1990 a 2002, quando um dos focos do banco se direciona para o processo de desestatização e inicia-se o apoio às exportações; de 2003 a 2015, quando o banco volta a atuar no planejamento e na execução de políticas industriais; e após 2015, quando ocorre uma redução da sua participação, com diminuição de desembolsos e devolução de recursos ao Tesouro Nacional, dada uma política econômica de contensão fiscal.

Referências

ALEM, A. C.; CAVALCANTI, C. E. O BNDES e o apoio à internacionalização das empresas brasileiras: algumas Reflexões. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro, v.12, n.24, p.43-75, 2005.

ARAUJO, V. L. D. **Revisitando o desenvolvimentismo brasileiro: o BNDE e o financiamento de longo prazo - 1952/1964**. Tese (Doutorado em Economia) Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

BARBOZA, R. M.; FURTADO, M.; GABRIELLI, H. A atuação histórica do BNDES: o que os dados têm a nos dizer? **Revista de Economia Política**, s.l, v. 39, n. 3, p. 544-560, set. 2019.

BATISTA, J. C. O BNDES e o desenvolvimento brasileiro. In: Seminário especial 50 anos de desenvolvimento, 1. 2002, Rio de Janeiro. **Seminário**. Rio de Janeiro: Inae - Instituto Nacional de Altos Estudos, 2002.

BNDES. **BNDES 50 anos de desenvolvimento**. 2002. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/>. Acesso em: 03 ago. 2021.

BNDES. **Exposição sobre o Programa de Reparcelamento Econômico**. Rio de Janeiro: Vários Anos. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/>. Acesso em: 05 ago. 2021.

BNDES. **Relatório de Atividades**. Rio de Janeiro: Vários Anos. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/>. Acesso em: 05 ago. 2021.

BNDES. **Central de Downloads**. 2021. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/centraldedownloads>. Acesso em: 03 ago. 2021.

CATERMOL, F. BNDES-Exim: 15 anos de apoio às exportações brasileiras. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 3-29, dez. 2005.

CURRALERO, C. **A atuação do sistema BNDES como instituição financeira de fomento no período 1952-1996**. 176f. Dissertação (Mestrado) - UNICAMP, Campinas, 1998.

IPEADATA. **Índice geral de preços - disponibilidade interna (IGP-DI) – geral.** 2021. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 03 ago. 2021.

MARTINS, L. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós 64.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MONTEIRA FILHA, D. C. A contribuição do BNDES para a formação da estrutura setorial da indústria brasileira no período 1952/89. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 151-166, 1995.

MONTEIRO FILHA, D. C. O BNDES e seus critérios de financiamento industrial: 1952 a 1989. In: MONTEIRO FILHA, D. C.; MODENESI, R. L. (Org.) **BNDES, um banco de ideias: 50 anos refletindo o Brasil.** Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2002.

NAJBERG, Sheila. Transformação do sistema BNDES em financiador do setor privado nacional. In: MONTEIRO FILHA, Dulce Corrêa; MODENESI, Rui Lyrio (Org.). **BNDES, um banco de ideias: 50 anos refletindo o Brasil.** Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2002. p. 347-354.

PEREIRA, T.; SIMÕES, A.; CARVALHAL, A. Mensurando o resultado fiscal das operações de empréstimo do tesouro ao BNDES: custo ou ganho líquido esperado para a União? **Texto para Discussão IPEA.** Rio de Janeiro, n. 1665, set. 2011.

PROCHNIK, M. Fontes de recursos do BNDES. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p.143-180, dez. 1995.

PROCHNIK, Marta; MACHADO, Vivian. Fontes de Recursos do BNDES 1995-2007. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 29, p.3- 34, jun. 2008.

REDIVO, André da Silva. **Banco público como agente de desenvolvimento: a atuação do BNDES no período recente 1990/2011.** 2012. 232 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/100738>. Acesso em: 10 ago. 2021.

REDIVO, A. S; FONSECA, P. C. D. A atuação da carteira de crédito agrícola e industrial (CREAI) do banco do brasil entre 1937 e 1969. **Encontro Nacional da Anpec**, 2018. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2018/submissao/files_I/i3-1dc657a2463eedd828e3452926203dc6.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

SIMONSEN, R. **As finanças e a indústria.** São Paulo: São Paulo Editora Limitada, 8 abr. 1931

TAVARES, M. C.; MELO, H. P.; CAPUTA, A. C.; COSTA, G. M. M.; ARAUJO, V. L. **O Papel do BNDES na industrialização do Brasil: os anos dourados do desenvolvimentismo, 1952-1980.** 4. ed. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado, 2010. (Memórias do Desenvolvimento). Disponível em: http://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID_M=139#.UB8OO02PVWU. Acesso em: 05 ago. 2021.